

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.569.918 - CE (2019/0256109-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : SEBASTIÃO FERREIRA BEZERRA  
**AGRAVANTE** : DJANIRA DE VASCONCELOS FERREIRA  
**AGRAVANTE** : SILVIO DE VASCONCELOS FERREIRA  
**AGRAVANTE** : DIANA DE VASCONCELOS FERREIRA  
**ADVOGADOS** : UILTON DE SOUSA LIMA - CE011116  
MARCIO AUGUSTO DE QUEIROZ - CE023068  
**AGRAVANTE** : CLINICA SAO JOSE DIAGNOSTICOS E TRATAMENTOS LTDA  
**ADVOGADOS** : PAOLO GIORGIO QUEZADO GURGEL E SILVA - CE016629  
MARIANA GOMES PEDROSA BEZERRA GURGEL - CE019348  
**AGRAVADO** : OS MESMOS

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por CLINICA SÃO JOSÉ DIAGNÓSTICOS E TRATAMENTOS LTDA. contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurgiu-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará assim ementado:

*"PROCESSUAL CIVIL. DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS MOVIDA CONTRA NOSOCÔMIO. EXIGÊNCIA PRÉVIA DE CHEQUE-CAUÇÃO COMO CONDIÇÃO SINE QUA NON PARA INTERNAÇÃO EMERGENCIAL DE PACIENTE GRAVE. PRÁTICA MANIFESTAMENTE ABUSIVA. CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DE PERIGO (CC, ART. 156). DANO MORAL IN RE IPSA CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. NECESSIDADE DE REDUÇÃO. VALOR FIXADO EM 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) PARA CADA UM DOS AUTORES. VERBA HONORÁRIA. ALEGAÇÃO DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA RECONHECIDA. DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL. APLICAÇÃO DO CAPUT DO ART. 86, DO CPC. PRECEDENTES DO STJ E DESTA CORTE DE JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE. SENTENÇA MODIFICADA PARCIALMENTE.*

*1. Cuida-se de Apelação Cível interposta pela Clínica São José Diagnóstico e Tratamentos S/C Ltda., objetivando a reforma da r. sentença que julgou parcialmente procedente o pedido autoral, condenando a ré ao pagamento de danos morais no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a cada um dos autores, aqui recorridos.*

*2. Inicialmente, impende salientar, como entendimento pacífico, que o ato do nosocômio de exigir a emissão de cheque-caução como condição sine qua non de garantia para que os pacientes, mormente diante da configuração do estado de perigo de que trata o artigo 156 do Código Civil - em situações de urgência e/ou emergência -, possam vir a ser internados e atendidos, constitui uma ação eivada de ilegalidade, por ir de encontro ao art. 196, da CRFB/88, assim como ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e à Resolução Normativa da ANS nº. 44,*

*que veda tal prática desde 2003.*

3. *Precedente: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. INTERNAÇÃO EM UTI. ESTADO DE PERIGO. DEFEITO DO NEGÓCIO JURÍDICO. PRESENÇA. Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa (art. 156 do Código Civil). A particularidade do caso concreto, mormente a expectativa de que o paciente estava sendo transferido de um hospital público de outra unidade fedejrativa para outro nosocômio público bem como a urgência do atendimento, sob risco de vida, aliados aos demais requisitos ensejadores da configuração do estado de perigo, resulta na declaração de inexistência do débito. (TJ-DF 20140710273487 DF 0026664-90.2014.8.07.0007, Relator: CARMELITA BRASIL, Data de Julgamento: 26/07/2017, 2ª TURMA CÍVEL, Data de Publicação: Publicado no DJE: 01/08/2017)*

4. *In casu, não restam dúvidas de que ocorreu abusividade por parte do hospital apelante ao exigir o cheque-caução no valor de R\$ 10.000,000 (dez mil reais) como condicionante para efetivar a internação hospitalar da paciente, mormente pelo fato de que, na situação relatada nos fólios, a filha e irmã dos autores foi encaminhada ao nosocômio demandado em situação de emergência (estado grave), pois no dia 27/11/2009 foi vítima de acidente de trânsito e submetida a tratamento em UTI no referido hospital, por inexistir vaga em hospital público. No dia 30/11/2009, o referido cheque foi apresentado na instituição bancária, pelo valor total, e foi devolvido pela ausência de fundos. Vislumbra-se, ainda, que a paciente veio a falecer no dia 04/12/2009, quando ainda estava sob os cuidados e internada na UTI do suplicado.*

5. *É evidente que a medida tomada pelo nosocômio apelante foi maculada de irregularidade e abuso, por dificultar o normal procedimento de internação que se tratava de urgência e emergência.*

6. *Aqui, ressalto, por oportuno, que, muito embora o apelante tenha relatado em suas razões recursais que a exigência do cheque se verificou após o atendimento de urgência da paciente, com a estabilização do quadro, o certo é que, na data de sua entrada no nosocômio, foi exigido e recebido, de modo abusivo, o cheque previamente como caução. Tanto é verdade que o título foi depositado no dia útil seguinte.*

7. *Como se não bastasse a angústia e demasiada ansiedade dos suplicantes diante da premente necessidade de incursão à Unidade de Terapia Intensiva, precisaram se preocupar em assinar cheque-caução para que fosse resguardado o atendimento a contento, provocando-lhes elevação de seu estado já ampliado de desconforto.*

8. *Na hipótese em apreço, considerando o grau de responsabilidade do apelante frente ao abalo moral e psicológico sofrido pelos recorridos, pais e irmã da vítima, ao ter a internação de seu familiar condicionada à prestação de cheque-caução, e atenta ao princípio da proporcionalidade e razoabilidade, tenho que se mostra excessiva a condenação da Clínica recorrente ao pagamento de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada um dos promoventes, como determinado na r. sentença hostilizada, mesmo diante dos transtornos suportados, razão pela qual deve ser reduzida ao*

*patamar de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para cada um dos recorridos.*

*9. In casu, havendo pedido de indenização por danos morais e por danos materiais, o acolhimento de um deles, com a rejeição do outro, configura sucumbência recíproca. Assim, por não ter sido considerado na sentença apelada esse aspecto, deve ser modificado o julgado recorrido nesse ponto específico.*

*10. Ressalta-se, ainda, que, tratando-se de situação em que se concede o benefício da Justiça Gratuita, nos termos do art. 98 do CPC, nada impede a condenação ao pagamento proporcional das verbas de sucumbência, com a ressalva de suspensão da exigibilidade pelo período de até 5 (cinco) anos, consoante § 3º do dispositivo legal acima apontado.*

*11. Recurso conhecido e parcialmente provido. Sentença a quo modificada em parte" (fls. 311/313, e-STJ).*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, foi alegada, além de divergência jurisprudencial, a violação do artigo 156 do Código Civil.

A recorrente sustenta que não há falar em estado de perigo porque não houve condicionamento de pagamento para o atendimento de emergência e nem para o encaminhamento da paciente para a UTI.

Além disso, afirma que não agiu com dolo e que inexistiu onerosidade excessiva da obrigação.

O recurso foi inadmitido na origem, sobrevivendo daí o presente agravo.

É o relatório.

**DECIDO.**

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

No caso, o Tribunal de origem entendeu que o hospital incorreu em prática abusiva, consoante se observa nos seguintes fundamentos do acórdão recorrido:

*"(...)*

*In casu, não restam dúvidas de que ocorreu abusividade por parte do nosocômio recorrente ao exigir o cheque-caução como condicionante para internação hospitalar, mormente pelo fato de que, na situação relatada nos fólios, a paciente foi encaminhada no dia 27/11/2009, sexta-feira, ao hospital em situação de emergência (estado grave), posto que foi vítima de acidente de trânsito e viu-se obrigada a se*

*submeter a tratamento em UTI em hospital particular, por inexistir vaga nos hospitais públicos dos municípios de Barbalha/Ce e Juazeiro do Norte/Ce.*

*Os autos dão conta de que, por ocasião da internação, o nosocômio apelante fez exigência de caução no valor R\$ 10.000,000 (dez mil reais), para que se efetivasse a internação. No dia 30/11/2009, segunda-feira, o cheque foi apresentado na instituição bancária, pelo valor total, e foi devolvido pela ausência fundos. Vislumbra-se que a paciente veio a falecer na sexta-feira seguinte, dia 04/12/2009, quando ainda estava sob os cuidados e internada na UTI da recorrente.*

*No caso em exame, a recorrente não nega a emissão do cheque para garantir o tratamento necessário. Tando é verdade que afirma em suas razões e nos memoriais apresentados que, no dia fático, a fenecida parente (filha e irmã) dos recorridos, após sofrer o acidente, passou pelos estabelecimentos de saúde Hospital Santo Antônio em Barbalha/Ce e Hospital das Clínicas e Fraturas em Juazeiro do Norte/Ce, tendo sido posteriormente atendida na Clínica apelante, onde foi exigida, às 23:31 hs. caução como 'PRÉ-CONDIÇÃO' para realização do internamento em UTI.*

*É evidente que a medida tomada pelo hospital apelante de exigir a prévia emissão de cheque caução, como circunstância indispensável para a prestação de efetivo atendimento médico, não obstante o grave estado de saúde apresentado pela paciente, foi maculada de irregularidade e abuso, por obstar o normal procedimento de internação que, diga-se, se tratava de urgência e emergência.*

*Como se não bastasse a angústia e a demasiada ansiedade dos recorridos diante da premente necessidade de incursão à Unidade de Terapia Intensiva, precisaram preocupar-se em assinar cheque caução para que fosse resguardado atendimento a contento, provocando-lhes elevação de seu estado já ampliado de angústia e desconforto. Nessa situação, é de reconhecer que a parte autora quedou-se inerte à mercê do hospital, compelida a emitir cheque no valor exigido pelo prestador do serviço.*

*Aqui, ressalto, por oportuno, que, muito embora o apelante tenha relatado em suas razões recursais que a exigência do cheque se verificou após o atendimento de urgência da paciente, o certo é que, na data de sua entrada no nosocômio, foi exigido e recebido cheque previamente a título de caução. Tanto é verdade que o cheque foi depositado no dia útil seguinte.*

*(...)" (fls. 318/319, e-STJ).*

Com efeito, rever tal entendimento, a partir da tese de que não restou caracterizado o estado de perigo, demandaria a análise de circunstâncias fático-probatórias dos autos, o que é inviável no recurso especial pela incidência da Súmula nº 7/STJ.

No mesmo sentido:

**"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZATÓRIA. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 535**

DO CPC/73. ARGUMENTAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. EXIGÊNCIA DE CHEQUE CAUÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO E PARTO DE URGÊNCIA EM HOSPITAL. PRÁTICA ABUSIVA. DANO MORAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA DA LIDE. QUANTUM INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...)

2. O Tribunal de origem, com base no contexto fático-probatório dos autos, concluiu que a parte agravante exigiu caução para realização de internação e parto de urgência da agravada. O acolhimento das razões do apelo especial, no sentido de que não houve a citada exigência, demandaria o reexame de matéria fático-probatória dos autos, o que é vedado pela Súmula 7 deste Tribunal.

3. Não se mostra exorbitante a condenação da parte recorrente no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de reparação moral em virtude dos danos sofridos pela agravada, em decorrência de exigência de caução por parte da rede hospitalar para realização de internação e parto de urgência. Precedentes.

4. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no AREsp 1.031.503/PE, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 19/9/2017, DJe 13/10/2017).

Por fim, cumpre ressaltar que resta prejudicada a análise da divergência jurisprudencial diante da incidência da Súmula nº 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Considerada a sucumbência recíproca fixada na origem, deixo de majorar os honorários advocatícios, nos termos do artigo 85, § 11, do CPC/2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator